

RECOMENDAÇÕES AO MINTER, A SUDECO E À FUNAI

Betty Mindlin - Fevereiro de 87

Medidas Urgentes

Terras/Madeira/Invasões

1. Presença de chefe de Posto, auxiliar de enfermagem e outros funcionários na A.I. Mequens, totalmente abandonada pela FUNAI, e onde capangas da madeireira Lavrama têm intimidado os índios e promovido tiroteios. Desde 1984 está sendo reinvidicada a criação de um Posto Indígena na área, o que ainda não foi feito.
2. Completar a venda da madeira apreendida pela FUNAI/IBDF na A.I. Mequens, aplicando o rendimento obtido na área. A licitação da madeira já foi feita, e o estoque de madeira, desde 1985 no pátio da serraria, está apodrecendo.
3. Apressar a licitação da madeira apreendida pela FUNAI/IBDF nas áreas indígenas Urueu-Wau-Wau, Rio Branco, e Parque do Aripuanã, aplicando o rendimento na área. A demora no processo de licitação é inexplicável, dando azo a que a madeira seja novamente roubada ou se estrague.
4. Manter nas áreas onde há madeira apreendida uma presença policial para vigilância, prevendo para isso recursos financeiros. A equipe de vigilância (policiais) foi retirada nas chuvas, temendo-se que não volte em tempo de evitar um roubo. No Parque do Aripuanã, a madeira apreendida ao Grupo Rosseti não tem

qualquer controle ou presença da FUNAI.

5. Ativar a operação de retirada e transferência dos posseiros titulados no Projeto Burareiro, área indígena Urueu-Wau-Wau, conforme o combinado em janeiro de 1987 entre INCRA e FUNAI em Porto Velho, na presença da Equipe de Avaliação do Polonoroeste. Cumpre também a reabertura das picadas demarcatórias e expedições de fiscalização no início da estação seca.
6. Ativar a fiscalização pela FUNAI/Polícia Militar e Federal da área indígena Zoró, e apressar junto ao MIRAD a retirada dos invasores.
7. Retirar invasores da área indígena Roosevelt, perto do Posto Indígena Capitão Cardoso, invasões essas que são continuação da dos Zoró, e fechar a estrada que está sendo ilegalmente construída na área.
8. Prever recursos financeiros e organizar expedição para apreender madeira já cortada na A.I. Zoró, estimada em milhares de metros cúbicos de madeira de lei.
9. Organizar expedições de fiscalização das áreas e apreensão de madeira, com recursos financeiros para isso.
10. Impedir operações em que se paga a construção de estradas' nas áreas indígenas com madeira retirada da área. A estradas devem ser feitas com fundos do Polonoroeste.
11. Impedir, em particular, transações com a madeireira Varsórvia S.A. Há notícias de que várias instâncias administrativas da FUNAI planejam construir uma estrada do P.I. Tenente Marques à estrada Vilhena-Juína, pagando a construção à Varsórvia em ma-deira, no início da estação seca de 1987. Não só este tipo de

transação não é recomendável, como há testemunhos de que esta madeira fez tentativas de subornar funcionários da FUNAI. O relatório preliminar da avaliação do Polonoroeste, a ser entregue em abril, documenta o que se sabe sobre o assunto.

12. Reinterditar a área Omerê, desmatada em desobediência à portaria de interdição de abril de 1986, e organizar expedições prolongadas para averiguar a localização atual dos Índios. Roças e tapiris de Índios foram encontrados exatamente onde houve depois o desmatamento e urge abrir um inquérito para averiguar se houve um massacre ou saber onde os Índios, em fuga, estão hoje.

13. Reunir toda a documentação relativa à licitação para a venda de madeira apreendida pelo IBDF/FUNAI nas várias áreas e promover o seu exame conjunto pela SUDECO/FUNAI/Advogada da Equipe de Avaliação do Polonoroeste - FIPE/USP.

14. Promover um convênio IBDF/FUNAI para multar todas as madeiras que estejam comprando madeira diretamente dos Índios, mesmo que haja alguma fiscalização da venda por funcionários da FUNAI.

15. Tomar medidas para impedir a ameaça permanente de invasões na A.I. Lourdes (Gavião/Arara), com gestões junto ao Governo do Estado e administração local.

Saúde

1. Aumentar substancialmente os níveis salariais de médicos, dentistas, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, que ficaram defasados com relação a outras oportunidades de emprego.

Se isso não for feito, a FUNAI vai perder os raros bons funcionários que tem na área de saúde, com o resultado de aumen

tar as taxas já altas de mortalidade da população indígena.

2. Encontrar alguma forma de contratar médicos/dentistas em tempo integral, e não por 4 horas de serviço como atualmente.

3. Prever recursos financeiros suficientes para numerosas diárias ao pessoal de saúde, inclusive aos que ficam permanentemente no campo. Estas diárias devem ser até mais altas que as da cidade, dados os sacrifícios e riscos da vida e viagens ao mato. No momento, as diárias de campo estão fixadas no valor irrisório de Cz\$70,00 cruzados, em contraposição a Cz\$500,00 de diária de cidade. A política deve ser a oposta, ou seja, a de premiar e estimular a permanência nas aldeias indígenas.

4. Dar autonomia financeira e administrativa às equipes de saúde. Os recursos financeiros, veículos, planejamento de trabalho devem ter uma gestão exclusiva da equipe de saúde.

5. Criar uma Casa do Índio e estrutura de assistência médica em Ji-Paraná e em Juína.

6. Organizar de imediato um serviço de emergência de atendimento e saneamento na Casa do Índio de Riozinho, pagando com verbas extraordinárias novo pessoal de saúde. A atual calamidade pública deste centro de atendimento não pode mais ser tolerada num programa como o Polonoroeste.

7. Intensificar o contato das equipes de saúde das unidades administrativas com o médico de Brasília, que tem se concentrado mais no Polonoroeste, fazendo um excelente trabalho.

8. Fazer um programa de emergência na área de saúde, com recursos e verbas extraordinárias, e mais liberdade na fixação de diárias e salários. O plano proposto pelo médico de Brasília(FU

NAI) contém idéias interessantes. Deveria incluir uma cláusula fundamental, ou seja a independência da equipe de saúde na gestão de recursos, sem interferência do resto da administração da FUNAI.

Demarcação/Regularização Fundiária

1. Repetem-se as recomendações dos anos anteriores, de demarcação imediata das áreas Kaxarari, Mequens, Enauenê-Nauê, Sagarana, A.I. Guaporé, Estivadinho, Figueiras, Juininha, Marechal Rondon, Tenharin apressando os processos legais necessários.
2. Defesa da área Bororo Teresa Cristina, com ação judicial contra invasores.
3. Localização e proteção dos grupos isolados.
4. Regularização fundiária Nambiquara, Pareci, Zoró, A.I. Aripuanã, entre outras.
5. Homologação da demarcação das áreas indígenas Pacaa-Nova, Roosevelt, Menku, Rikbaktsa (Japuira), Tirecatina, Tubarão Lantundê, Utiariti, Zoró.
6. Reabertura de picadas de demarcação.
7. Uso contínuo dos mapas Landsat, averiguando desmatamentos e invasões.

Defesa Jurídica

É preciso apoiar o trabalho dos advogados das várias unidades administrativas, muitos deles de ótima qualidade.

Para não perdê-los, é preciso uma revisão salarial radical. Estão recebendo salários 3 a 4 vezes inferiores aos de mercado para jovens advogados.

Devem, também, receber recursos e diárias para as viagens que se tornem necessárias.

Uma sugestão administrativa é a de que a advogada de Porto Velho se encarregue também das questões relativas ao Parque do Aripuanã, com os possíveis ajustes salariais para isso.

Processos indispensáveis de seguir e iniciar são os de indenização pelos danos causados por invasoras como madeiras, processos para retirar invasores, o processo de genocídio contra Manuel Lucino, o processo de regularização fundiária Nambiquara, a abertura de inquérito na área Omêrê, etc.

Acordo Interinstitucional

É preciso reativar em Rondônia, (e promover o equivalente em Mato Grosso), o Acordo Interinstitucional para a Defesa da Flora e Fauna. Em Rondônia, o acordo incluiu a SEPLAN(RO) (IEF(RO)), DER(RO) e INCRA, FUNAI, IBDF, Polícia Militar. Seria preciso incluir também SEMA e Polícia Federal.

Operações conjuntas IBDF/FUNAI têm sido importantes em Rondônia e devem ser outra vez estimuladas neste Estado e em Mato Grosso. O papel do IBDF, de multar madeiras em conjunto com a Funai, é importante para conter desmatamento.

Imprescindível é um helicóptero para uso exclusivo do Batalhão Florestal na vigilância de áreas indígenas e de preservação ecológica, e que não seja usado para outros fins no governo.

Equipe Técnica do Polonoroeste

Estabilizar uma equipe técnica para o Polonoroeste na FUNAI, composta pelos médicos, pelos coordenadores do Polonoroeste e antropólogos, e que não fique sujeita às injunções políticas e reformas administrativas. Deveria haver reuniões de acompanhamento trimestrais com a presença da SUDECO e da Equipe de Avaliação do Polonoroeste.